

## EDITORIAL

### RIO + 20 - ECONOMIA VERDE - SUSTENTABILIDADE

Em 1992 – durante a realização da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente na cidade do Rio de Janeiro – a grande maioria dos chefes de Estado concordou com a necessidade premente de se alterar os rumos do desenvolvimento, buscando-se novos caminhos que levassem a um modelo sustentável. Naquela época foi definida a “Agenda 21” que visava estabelecer, paralelamente ao crescimento econômico, o progresso social e a proteção do meio ambiente. Ou seja, o desenvolvimento precisava ser concebido a partir da interconexão entre as esferas econômica, social e ambiental.

Todavia, segundo a própria Organização das Nações Unidas (ONU), desde a Rio 92 ocorreu a perda de 12% da biodiversidade; desmatou-se mais de 3 milhões de hectares de florestas; aumentou em mais de 40% a liberação de gases de efeito estufa; exauriu-se quase a metade das reservas de pescas mundiais, etc. Estes fatos colocaram em xeque todos os acordos firmados naquela época, particularmente os compromissos assumidos pelos signatários do documento final da referida conferência em relação à preservação ambiental.

Considerando este cenário, a ONU organizou a Rio +20 com três objetivos básicos: a) assegurar o compromisso político dos países participantes com o Desenvolvimento Sustentável; b) avaliar a evolução dos acordos, metas e objetivos firmados a partir da conferência Rio-92; c) analisar os novos desafios colocados pelos temas emergentes. É exatamente sobre o conteúdo desses debates que o presente número da Revista NECAT dedica atenção especial.

No primeiro artigo, Beskow e Mattei fazem uma breve recuperação da trajetória dos debates sobre a questão ambiental e sua relação com a temática do desenvolvimento, destacando as duas conferências decisivas que ocorreram durante o século XX, com ênfase na Rio-92 que teve papel determinante no estabelecimento de metas claras sobre a política ambiental em escala global. Posteriormente, os autores ressaltam as principais questões e temas que estiveram em debate na Rio+20, conferência organizada pela ONU e governo brasileiro e realizada na cidade do Rio de Janeiro no mês de Junho de 2012.

O segundo artigo, de autoria de Ricardo Sugai, apresenta uma análise dos resultados atingidos pela Conferência Rio+20. Inicialmente o autor faz uma breve resenha das expectativas que permeavam a conferência Rio + 20, destacando que o aspecto central consistia na realização de uma avaliação sobre a evolução do tratamento dado nas duas

últimas décadas à temática ambiental e ao desenvolvimento sustentável, particularmente no que diz respeito ao conteúdo da “Declaração do Rio” e da “Agenda 21”. O autor destaca que nesta última conferência os temas da Economia Verde e da Estrutura Institucional necessária ao desenvolvimento sustentável dominaram todos os debates. Além disso, destacam-se muitos pontos controversos como, por exemplo, a questão dos financiamentos e os distintos interesses entre os países participantes do evento. Partindo do pressuposto de que a conferência foi um exercício do possível, o autor afirma que ela pode ser avaliada como bem sucedida no sentido de ter conseguido renovar o compromisso dos 188 países que estiveram presentes na Rio+20 com o Desenvolvimento Sustentável.

O terceiro artigo, de autoria do professor Mauricio Amazonas, discute o contexto histórico e político que gerou o ideário da Economia, destacando-se fundamentalmente as principais contradições conceituais, especialmente em relação ao termo recente “Economia Verde”. Inicialmente o autor recupera a relação histórica entre economia e natureza mostrando que a própria gênese do pensamento econômico foi marcada pela ordem natural. Posteriormente, apresenta-se a evolução das atividades econômicas, particularmente no período do pós-guerra, quando o paradigma produtivo de cunho eminentemente industrial dominou o mundo econômico e revelou ao planeta o processo de exploração e destruição dos recursos naturais, momento preciso em que surge na agenda pública a “questão ambiental”. Desde então se buscaram formas de conciliar o crescimento econômico com preservação ambiental naquilo que passou a ser conhecido como ecodesenvolvimento e que, mais recentemente, passou a ser chamado de desenvolvimento sustentável. É exatamente neste contexto que surgiu a ideia de “Economia Verde”, tema que teve grande destaque na Rio+20 e que procura estabelecer novos caminhos capazes de conciliar produção econômica e conservação da natureza. O autor destaca, porém, que a emergência desse conceito é marcada por descrenças quanto a sua capacidade de conduzir os segmentos produtivos globais de forma ambientalmente adequada.

O quarto artigo, de autoria do Frei Rodrigo de Castro Amédée Péret, afirma que a Economia Verde, na verdade, é uma estratégia que está sendo construída pelo sistema capitalista para sair da crise. Para tanto, o autor recorre ao conteúdo de diversos documentos que foram produzidos a partir de 2007 os quais tiveram por objetivo lançar as propostas básicas daquilo que está sendo definido como “Economia Verde” para fazer frente ao cenário atual de crise global. Além disso, o autor critica as saídas que estão sendo propostas pelos organismos internacionais, uma vez que, segundo sua percepção, elas apenas procuram dar

um colorido verde ao crescimento econômico, contudo mantendo intactas as formas utilitaristas de reprodução do capital.

O quinto artigo, assinado pelo professor Joshua Farley da universidade de Vermont (USA), analisa os cenários para uma economia pós-carbono, em função da finitude das fontes de energia baseadas nos combustíveis fósseis. Sabe-se que todo processo econômico exige a transformação de matérias-primas fornecidas pela natureza, porém essa transformação ocorre via uso de energia, fato que gera um aumento da entropia. Ou seja, o sistema econômico transforma recursos naturais de baixa entropia em produtos com valor econômico elevado, porém com resíduos de alta entropia. Partindo do pressuposto de que para crescer a economia moderna depende cada vez mais dos combustíveis fósseis, o autor afirma que a própria civilização atual acabou ficando dependente deste tipo de matéria-prima. O problema colocado é que este tipo de matéria é um bem finito, o que poderá levar ao colapso o sistema de preços devido ao descompasso entre a expansão da produção e do consumo. Além disso, os combustíveis fósseis geram desperdícios de alta entropia na forma de dióxido de carbono, ocasionando o efeito estufa. Neste sentido, o autor defende a necessidade de se desenvolver fontes alternativas de energia de baixo carbono como forma de enfrentar os desafios atuais do desenvolvimento sustentável.

O sexto e último artigo, assinado pelo professor Ivo Theis, trata de problemas ambientais que ocorreram no município de Blumenau no ano de 2008. Naquele período a cidade voltou a sofrer com as enchentes que historicamente têm castigado a região do Vale do Itajaí, no estado de Santa Catarina. A análise apresentada pelo autor caminha em duas direções: por um lado, são lançadas luzes sobre o desastre sócio-ambiental que ocorreu no ano de 2008 e, por outro, mostra-se a existência de conflitos entre os dois projetos de cidade que se quer para o futuro de Blumenau. Neste caso, ressalta-se que as elites locais atuaram no sentido da reconstrução com o intuito de deixar a cidade “bonita novamente”. Já setores acadêmicos, movimentos sociais e organizações comunitárias trabalharam no sentido de construir um processo de reinvenção da cidade. E como finaliza o autor, “as esperanças desembocaram na conformação do Movimento dos Atingidos pelo Desastre”, com o objetivo de reinventar a cidade. Registre-se que o futuro de Blumenau e da região dependerá muito do que os homens farão no presente.

Assim, com mais este número da Revista NECAT, reafirmamos o compromisso de apresentar à sociedade catarinense estudos e análises sobre temas de relevância contemporânea.

Os editores.